

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo

O objetivo deste Estudo Técnico Preliminar é analisar a viabilidade de **credenciamento de academias particulares** voltadas à prestação de serviços de exercícios físicos e modalidades esportivas de variados estilos, para eventual e futura contratação, fornecendo os elementos essenciais para compor o Termo de Referência e atender às necessidades da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Itajaí (FMEL) na promoção de oportunidades contínuas de prática esportiva e de atividade física em todas as fases da vida dos munícipes.

Área Requisitante da Contratação

Fundação Municipal de Esportes e Lazer (FMEL)

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/Função	Matrícula	E-mail
Dolores Gonçalves Fernandes	Assessora II / Resp. Pesquisa de Preços	2690501	dora@itajai.sc.gov.br
Norton Cordini	Diretor / Fiscal de Gestão	2690301	norton.cordini@itajai.sc.gov.br
Arlindo Sandri Junior	Assessor I / Fiscal de Execução	2690401	arlindo.sandri@itajai.sc.gov.br
Daniel dos Passos	Diretor Executivo / Gestor do Contrato	1503804	daniel.passos@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Itajaí (FMEL) tem como premissa institucional incentivar, difundir e promover a prática e o desenvolvimento de exercícios físicos e modalidades esportivas no Município. Tal atuação busca aprimorar a saúde e o bem-estar da população.

Contudo, a atual rede pública de esporte e lazer, que engloba unidades próprias e espaços disponíveis, apresenta capacidade física e operacional limitada. Essa limitação impede o atendimento integral da demanda populacional por atividades físicas descentralizadas e especializadas.

Verifica-se uma carência de infraestrutura e profissionais para modalidades específicas, como Artes Marciais, Musculação, Pilates e Yoga. Estas atividades exigem recursos e conhecimentos técnicos que a estrutura atual não consegue suprir.

A FMEL identificou a necessidade de ofertar até 307 (trezentos e sete) vagas gratuitas para munícipes interessados nessas modalidades. A incapacidade de absorver essa demanda, com os recursos disponíveis, configura o problema central.

Portanto, a insuficiência da rede pública em oferecer uma gama diversificada e descentralizada de atividades físicas especializadas resulta na limitação do acesso dos cidadãos aos serviços esportivos e de lazer. Este cenário impede a plena consecução dos objetivos institucionais da FMEL e a promoção de uma política pública abrangente de esporte e bem-estar.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A previsão de contratação dos serviços de credenciamento de academias particulares para oferta de vagas de exercícios físicos e modalidades esportivas está incluída no Plano Anual de Contratações do exercício vigente, em conformidade com as exigências da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. Descrição dos requisitos do potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Este item tem como finalidade primordial explicitar os requisitos essenciais e as características intrínsecas ao objeto da contratação, limitando-se à sua adequada definição, conforme preceitua a Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação visa o credenciamento de academias particulares para a prestação de serviços de exercícios físicos e modalidades esportivas aos munícipes, incluindo Artes Marciais, Musculação, Pilates e Yoga.

O objeto da contratação consiste na disponibilização de vagas para a prática das modalidades supracitadas, em caráter contínuo e descentralizado, por meio de estruturas físicas adequadas. Para tanto, as academias credenciadas deverão dispor de área mínima construída de 50m², infraestrutura que contemple local específico para cada atividade ofertada, com ambiente adequado às aulas e equipamentos próprios específicos para as modalidades oferecidas, tais como colchonetes, aparelhos de musculação, halteres e tatames.

As questões relativas à execução detalhada dos serviços e às especificações técnicas complementares, incluindo a qualificação específica dos instrutores e o detalhamento das metodologias, serão abordadas e pormenorizadas exclusivamente no Termo de Referência, documento apto a reger as condições operacionais da prestação.

É fundamental diferenciar os requisitos do objeto dos critérios de habilitação da pessoa jurídica interessada no credenciamento. A qualificação jurídica, a qualificação técnica (no que tange à expertise e certificações do corpo docente), e a regularidade fiscal e trabalhista configuram-se como critérios de habilitação da empresa proponente. Tais elementos, como a comprovação de inscrição e situação cadastral no CNPJ, a compatibilidade do CNAE, a apresentação de portfólio, currículo de professores e o comprovante de cursos específicos, bem como a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, são exigências destinadas a verificar a capacidade legal e idoneidade da instituição para participar do processo de credenciamento. Esses critérios serão devidamente detalhados e solicitados na fase de habilitação, assegurando que apenas pessoas jurídicas aptas possam integrar a rede de credenciados.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O objeto do credenciamento prevê o atendimento de até 307 (trezentos e sete) alunos anualmente, distribuídos em quatro categorias principais de serviços, cada uma limitada a 2 (duas) horas aula semanais por aluno, conforme a necessidade e demanda da FMEL e detalhado no Termo de Referência.

A projeção de vagas foi estabelecida de forma a abranger as principais modalidades esportivas e de atividade física identificadas como prioritárias para o público-alvo, permitindo uma distribuição equilibrada e descentralizada das oportunidades no Município.

CATEGORIA DE SERVIÇO	QUANTITATIVO MÁXIMO DE ALUNOS	VAGAS MÁXIMAS POR ACADEMIA	VALOR ESTIMADO POR ALUNO/MÊS
Artes Marciais	até 123 alunos	até 20 alunos	R\$ 149,97
Musculação	até 61 alunos	até 20 alunos	R\$ 119,97
Pilates	até 61 alunos	até 20 alunos	R\$ 119,97
Yoga	até 62 alunos	até 20 alunos	R\$ 134,95
TOTAL ESTIMADO GERAL	até 307 alunos		

Nota: As quantidades são estimativas máximas para fins orçamentários, e a contratação será realizada de forma proporcional à demanda efetivamente gerada, utilizando o credenciamento como mecanismo de contratação paralela.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Com o objetivo de atender à demanda de munícipes por atividades físicas e esportivas, assegurando o direito ao esporte e lazer, foram analisadas as alternativas técnicas e econômicas disponíveis para a ampliação do atendimento no Município de Itajaí.

a) Construção e Manutenção de Unidades Próprias pela FMEL para todas as Modalidades

Esta alternativa revelou-se tecnicamente inviável e economicamente desfavorável para a Administração Municipal. A implicação seria um alto investimento inicial na aquisição ou construção de espaços adequados para cada modalidade.

Adicionalmente, geraria custos fixos elevados e contínuos com a contratação de servidores, aquisição de equipamentos específicos e manutenção predial. Essa solução resultaria em um atraso significativo no atendimento imediato da demanda e um custo operacional desproporcional à necessidade identificada.

b) Credenciamento de Academias Particulares para Prestação dos Serviços

Considerando o expressivo número de academias privadas regularizadas e sua distribuição geográfica no Município, o credenciamento apresenta vantagens técnicas e econômicas significativas. Essas instituições já dispõem de estrutura física adequada, profissionais capacitados e equipamentos específicos para as modalidades oferecidas.

A pesquisa de preços preliminar, conduzida em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, revelou a ausência de dados recentes ou compatíveis em plataformas como o PAINEL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP) e o Banco de Preços para as especificações técnicas detalhadas do credenciamento pretendido. As contratações públicas similares encontradas em outros municípios não se mostraram aplicáveis, uma vez que possuíam objetos distintos, voltados a grupos específicos como idosos ou serviços de fisioterapia, ou ainda se referiam a modelos de descontos sem contraprestação direta.

Diante da falta de referências adequadas nos portais oficiais, foi realizada uma pesquisa direta junto a fornecedores do ramo no mercado local. Essa prospecção permitiu obter orçamentos para as modalidades de Artes Marciais, Musculação, Pilates e Yoga, indicando valores competitivos e, em alguns casos, abaixo da média de mercado observada em outras consultas.

A análise desses orçamentos demonstrou a exequibilidade das propostas e a sua compatibilidade com a realidade mercadológica. Conforme o art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve zelar pela realidade de mercado na formação dos preços. Os valores obtidos são vantajosos e capazes de sustentar a qualidade do serviço, evitando riscos de inexecução.

Desse modo, o modelo de credenciamento permitirá à Fundação Municipal de Esportes e Lazer (FMEL) ampliar rapidamente a oferta de vagas, atendendo à demanda de forma descentralizada. O pagamento será efetuado apenas pelas vagas efetivamente ocupadas e serviços prestados, assegurando racionalidade e controle no uso dos recursos públicos. A contratação por credenciamento, portanto, configura a solução técnica e economicamente mais vantajosa, garantindo a ampliação imediata da capacidade de atendimento, aproveitando a infraestrutura existente e promovendo a descentralização dos serviços.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.1 Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo detalhadas, estão discriminados na Pesquisa de Preços elaborada pela Fiscal Orçamentista Dolores Gonçalves Fernandes, datada de 21 de janeiro de 2026, a qual se encontra anexada ao processo.

7.2 Estima-se a contratação no valor máximo anual de R\$ 497.394,60 (quatrocentos e noventa e sete mil novecentos e trezentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos).

7.3 A metodologia para a formação do valor global baseou-se no somatório dos custos anuais estimados para cada uma das quatro categorias de serviço, considerando o quantitativo total de 307 (trezentos e sete) vagas anuais, distribuídas da seguinte forma:

- **Artes Marciais:** Até 123 alunos, com valor médio de R\$ 149,97 aluno/mês.
- **Musculação:** Até 61 alunos, com valor médio de R\$ 119,97 aluno/mês.
- **Pilates:** Até 61 alunos, com valor médio de R\$ 119,97 aluno/mês.
- **Yoga:** Até 62 alunos, com valor médio de R\$ 134,95 aluno/mês.

7.4 O parâmetro adotado para a definição dos preços de referência utilizou a média aritmética das cotações obtidas em pesquisa direta com 04 (quatro) fornecedores do mercado local de Itajaí (Academia Inova Itajaí, Academia Yoga Swasthya, Academia Boa Forma e Academia Funcional Fut), além de pesquisa em outros processos correlatos do Painel de Contratações Públicas (PNCP) e Banco de Preços município (Chamamentos Públicos: número 65763/FMACA e 78296/2026/FMACA).

7.5 O limite estabelecido de até 20 (vinte) vagas por academia credenciada fundamenta-se em critérios administrativos de descentralização territorial e controle de qualidade pedagógica, visando evitar a concentração excessiva de alunos em uma única unidade e garantir que o benefício alcance diversas regiões do município.

7.6 Como requisito de qualificação técnica, será exigido o comprovante de conclusão do curso “Prevenção e Enfrentamento do Assédio e Abuso no Esporte | PEAAE”, do Instituto Olímpico Brasileiro, para os profissionais envolvidos. Tal exigência alinha-se às políticas públicas de proteção ao desportista e poderá ser comprovada no momento da assinatura do termo de credenciamento ou em prazo regulamentar fixado no edital.

7.7 Fica estabelecido que a prestação dos serviços não gera qualquer vínculo de natureza trabalhista, personalidade ou subordinação direta entre os profissionais das academias e a FMEL. A gestão técnica, administrativa e disciplinar do pessoal é de responsabilidade exclusiva da academia credenciada, cabendo à Administração apenas a fiscalização da execução contratual e do cumprimento das metas de atendimento.

7.8 O valor por vaga/mês compreende a remuneração de pessoal, encargos sociais, fornecimento de materiais e equipamentos (tatames, aparelhos, etc.), despesas operacionais e tributos, garantindo a sustentabilidade da solução escolhida.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Fundação Municipal de Esporte e Lazer
Rua Alberto Werner, nº 44 – Vila Operária – Itajaí/SC
fmel@itajai.sc.gov.br
(47) 3342-1473

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Após a análise das alternativas técnicas e econômicas disponíveis, concluiu-se que a solução mais adequada para atender à necessidade identificada é a contratação, por meio de credenciamento, de academias particulares voltadas à prestação de serviços de exercícios físicos e modalidades esportivas, para atendimento aos munícipes e atletas bolsistas da FMEL.

A escolha pelo modelo de credenciamento fundamenta-se no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que possibilita a contratação direta de interessados para prestação de serviços de natureza contínua e similar, com condições padronizadas e não excludentes entre si. Essa solução mostra-se técnica e economicamente vantajosa para a Administração, pois:

- Permite o atendimento descentralizado e imediato da demanda de vagas, aproveitando a infraestrutura já existente nas academias privadas;
- Garante pagamento proporcional às vagas efetivamente utilizadas, promovendo racionalidade e controle dos gastos públicos;
- Reduz os custos relacionados à necessidade de construção ou adaptação de unidades próprias e à contratação direta e fixa de um grande número de profissionais;
- Assegura continuidade, qualidade e eficiência na oferta das modalidades esportivas, alinhando-se às diretrizes da FMEL.

Dessa forma, a contratação por credenciamento representa a solução mais vantajosa sob os aspectos da economicidade, eficiência e conveniência administrativa, garantindo a ampliação da oferta de atividades físicas com qualidade e regularidade.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O processo de credenciamento será estruturado por itens, conforme critérios técnicos definidos no Termo de Referência (Artes Marciais, Musculação, Pilates e Yoga), uma vez que o objeto – a oferta de serviços em diversas modalidades – é divisível, sem prejuízo para a unidade do serviço ou perda de economia de escala. O parcelamento em categorias permitirá maior amplitude de participação, possibilitando que diferentes academias, especializadas em áreas distintas (como artes marciais ou yoga), apresentem interesse e sejam credenciadas, de acordo com sua capacidade operacional e expertise. A adoção dessa forma de parcelamento é técnica e economicamente viável, assegurando maior competitividade, descentralização dos serviços e melhor atendimento às necessidades específicas dos munícipes em diversas áreas geográficas.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Entendemos não haver para o objeto em questão a previsão de contratação correlata e nem interdependente, uma vez que o credenciamento de academias para oferta de vagas gratuitas é um serviço final e autônomo, cujos custos estão integralmente cobertos pelo valor unitário mensal estimado.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A presente contratação por credenciamento de academias privadas visa promover a máxima eficiência na aplicação dos recursos públicos, bem como o melhor aproveitamento da estrutura administrativa e a redução de custos operacionais da Fundação Municipal de Esportes e Lazer (FMEL). A adoção desse modelo permite ao Município evitar despesas fixas elevadas com a construção e manutenção de espaços e com a contratação de pessoal permanente, uma vez que as academias credenciadas já dispõem de instalações adequadas, equipe capacitada e todos os equipamentos necessários (colchonetes, tatames, aparelhos de musculação, etc.). Além disso, o pagamento será realizado apenas pelas vagas efetivamente utilizadas (R\$ 497.394,60 é o valor máximo estimado), o que garante maior controle orçamentário e racionalidade na execução financeira, aliviando a demanda sobre os recursos humanos da FMEL. Em termos de gestão de recursos materiais e de apoio, a medida otimiza o planejamento logístico e reduz a necessidade de investimentos em infraestrutura física. Dessa forma, a solução proposta atende aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade fiscal, assegurando o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a manutenção da qualidade do atendimento esportivo à população.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Antes da formalização dos termos de credenciamento e da subsequente contratação, a Fundação Municipal de Esportes e Lazer, por meio da equipe técnica e dos designados para a gestão e fiscalização, adotará as seguintes providências administrativas prévias:

- Verificação da regularidade jurídica, fiscal e técnica das academias habilitadas;
- Conferência das comprovações de qualificação técnica, incluindo a infraestrutura e a capacitação dos profissionais (curso PEAAE);
- Homologação e publicação do resultado do credenciamento no Diário Oficial do Município;
- Designação formal do Gestor do Contrato (Daniel dos Passos), do Fiscal de Gestão (Norton Cordini) e do Fiscal de Execução (Arlindo Sandri Junior);
- Planejamento da distribuição de alunos entre as unidades credenciadas, de acordo com critérios de proximidade, modalidade e disponibilidade de vagas.

Essas medidas visam garantir a regularidade jurídica, a eficiência operacional e a transparência do processo, assegurando que a contratação seja formalizada apenas após o cumprimento integral dos requisitos legais e administrativos.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Um possível impacto ambiental relacionado à contratação pleiteada reside na destinação incorreta dos resíduos sólidos gerados nas dependências das academias credenciadas durante a prestação

dos serviços. Para mitigar esse risco, a FMEL exigirá que os credenciados adotem práticas sustentáveis:

- **Uso Sustentável da Água:** Capacitar seus empregados para o uso racional da água, adotando medidas para evitar o desperdício.
- **Uso Sustentável da Energia Elétrica:** Racionalizar o consumo de energia elétrica utilizando equipamentos mais eficientes e realizando verificações e manutenções periódicas nos aparelhos elétricos.
- **Uso de Produtos de Limpeza Sustentáveis:** Priorizar a utilização de produtos de limpeza biodegradáveis e menos tóxicos, que tenham menor impacto ambiental.
- **Redução e Destinação Ambientalmente Adequada dos Resíduos Sólidos:** Adotar práticas de redução da geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora e a coleta seletiva conforme a legislação específica. Respeitar a Política Nacional de Resíduos Sólidos e utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação dos serviços.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
Arlindo Sandri Junior Matrícula: 2690401 Itajaí, 31 de março de 2026.	Dolores Gonçalves Fernandes Matrícula: 2690501 Itajaí, 31 de março de 2026.	Daniel dos Passos Matrícula: 1503804 Itajaí, 31 de março de 2026.

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. A contratação por **Credenciamento de Academias** é a solução que melhor atende à necessidade da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Itajaí (FMEL), sob o aspecto de economicidade e eficiência, para ampliar a oferta de atividades físicas e esportivas de forma descentralizada e qualitativa.

Dado e assinado digitalmente

Fundação Municipal de Esporte e Lazer
Rua Alberto Werner, nº 44 – Vila Operária – Itajaí/SC
fmel@itajai.sc.gov.br
(47) 3342-1473

Itajaí/SC, 31 de março de 2026.

Elisabete Laurindo de Souza
Diretora Executiva da Fundação Cultural de Itajaí, exercendo interina e cumulativamente a função
de Superintendente Administrativa das Fundações